MENSAGEM N.º 282 DE 26 DE OUTUBRO DE 2022.

Comunica veto que especifica ao Projeto de Lei n.º 84/2022.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNAI – ESTADO DE MINAS GERAIS:

1. Com a manifestação mais cordial do meu apreço, extensivo a seus pares, noticiamos a Vossa Excelência que, com fulcro no inciso II do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e *ex vi* do § 1º do artigo 66 da Constituição Federal, assentamos entendimento em vetar, totalmente o Projeto de Lei n.º 84/2022 que “Cria vagas de embarque e desembarque de passageiros de veículos de passeio e dá outras providências”.

2. Inicialmente insta ressaltar que o trânsito de Unai é uma preocupação a Administração Municipal, que já determinou aos setores competentes realização de estudos com o intuito de promover as melhorias necessárias.

O direito ao trânsito seguro é direito fundamental, integrando os direitos de cidadania, vitais para o pleno desenvolvimento do cidadão perante a sociedade. Assim, restrição a este direito deve ser proporcional e razoável, sob pena de esbarrar no vício da inconstitucionalidade.

Sabemos que com o crescimento da cidade, as demandas por estacionamentos, locais de embarque e desembarque, sinalizações, dentre outras demandas correlatas, só aumentam, e por isso, é fundamental repensar o trânsito e todas as alterações para o seu funcionamento, pois, estas vão impactar diretamente na rotina das pessoas e na mobilidade urbana local.

3. Conhecedores desse desafio, submetemos a presente proposta de lei já aprovada por esta Egrégia Casa ao Conselho Municipal de Trânsito do Município de Unai, em reunião realizada em 25 de Outubro de 2022, e o Conselho concluiu que embora louvável a iniciativa do vereador Petrônio Nego Rocha, o mesmo carece de melhoria e possui pontos inconstitucionais.

3. Assim, por unanimidade, o Conselho entendeu que o assunto embora relevante, requer um estudo mais aprofundado, tendo em vista que na lei proposta o autor define as ruas, sendo que algumas delas são Avenidas que cortam a cidade. Assim, fundamental o mapeamento da cidade, identificação dos locais de maiores fluxos e uma análise para definir os locais a serem contemplados com as vagas de embarque e desembarque.

4. Além disso, a Lei proposta extrapola normas da Lei nº 9.503/1997 que dispõe sobre o Código Nacional de Trânsito que estabelece:

(fls. 2 da Mensagem nº 282, de 26/10/2022)

Art. 49. O condutor e os passageiros não deverão abrir a porta do veículo, deixá-la aberta ou descer do veículo sem antes se certificarem de que isso não constitui perigo para eles e para outros usuários da via.

Parágrafo único. O embarque e o desembarque devem ocorrer sempre do lado da calçada, exceto para o condutor.

Feita uma análise do dispositivo acima, é possível verificar que o Projeto de Lei ao estabelecer que vagas de embarque e desembarque podem servir de estacionamento pelo prazo de 30 (trinta) minutos, fere a norma acima citada. Os locais de embarque e desembarque **não podem possuir finalidades simultâneas**:

Para melhor análise do caso em tela, inicialmente se faz necessário entender a diferença legal entre PARAR e ESTACIONAR, veja:

CTB, anexo I

PARADA – imobilização do veículo com a **finalidade** e pelo **tempo** estritamente necessário **para efetuar embarque ou desembarque** de passageiros.

ESTACIONAMENTO – imobilização de veículos por **tempo superior** ao necessário **para embarque ou desembarque** de passageiros.

O Anexo I da Lei Federal define estacionamento como a “imobilização de veículos por tempo superior ao necessário para embarque ou desembarque de passageiros”, ou seja, **comete as infrações previstas no artigo 181 o condutor que mantém o veículo imobilizado por qualquer outra finalidade que não seja estritamente para o embarque e desembarque de passageiros**, inclusive ao realizar operação de carga e descarga (já que o artigo 47, parágrafo único, a considera como estacionamento), mesmo que o condutor permaneça no interior do veículo e com o motor ligado.

5. Outro ponto a ser revisto é a proibição constante no artigo 3º de proibição de embarque e desembarque de ônibus, táxi, veículo de aplicativos e outros, nos locais definidos pela Lei para esta finalidade. Haja vista o aumento considerável na cidade do atendimento da população por meio deste tipo de serviço, assim, a mera proibição não inibirá a utilização desses espaços, salvo se o Município dispusesse de um serviço de fiscalização específico para cumprimento da norma. E isso demanda gastos, pois seria necessário a criação de cargos e a previsão dos gastos nos instrumentos de Planejamento: PPA, LDO e LOA.

6. Outrossim, o inciso II do artigo 2º e o artigo 3º são contraditórios, pois, ao mesmo tempo que proíbe o embarque e desembarque de passageiros que utilizam veículos de aplicativos e

(fls. 3 da Mensagem nº 282, de 26/10/2022)

outros, permite o estacionamento, num local de embarque e desembarque pelo prazo de 30 (trinta) minutos.

7. Assim, hipoteticamente caso um veículo precise parar para desembarcar um passageiro e tenha um veículo estacionado nos termos do inciso II, artigo 2º, aquele que pretende parar para desembarcar ficaria impossibilitado haja vista que o local estaria ocupado.

8. Os princípios fundamentais básicos da Administração Pública que deverão ser observados pelo agente público no exercício de sua função, além de outros implícitos no sistema constitucional, são os estabelecidos no artigo 37 da Constituição Federal e sempre deverão ser observados pelos agentes do Estado.

As normas de circulação e conduta previstas no capítulo III do CTB expressam caráter orientador, pedagógico e educativo. Normalmente ouvimos falar que seu principal objetivo é a educação para o trânsito. Embora seja assim, e as normas estabeleçam a forma de agir no trânsito, não podemos dizer que consistam em uma espécie de processo de formação socioeducacional, pois as condutas que desrespeitarem as normas do CTB, em regra, terminam sendo punidas civil, administrativa ou penalmente.

9. Por estas razões todas as normas que impactam no funcionamento do trânsito ou que com ele tenha correlação, precisam ser estudadas e projetadas dentro do contexto local, por profissionais que atuam na área, devem estar em sintonia com as normativas já existentes, a fim, de termos uma norma legal que atenda as demandas de forma efetiva e eficaz.

10. Feitas estas considerações, apresentando os motivos que ostentamos para vetar, totalmente, o PL 84/2022, cujo âmagô submetemos ao esmerado exame do colegiado de *edis* que compõem o Parlamento Unaiense.

Unaí, 25 de outubro de 2022; 78º da Instalação do Município.

José Gomes Branquinho
Prefeito

A Sua Excelência o senhor
Valdir Pereira da Silva (**VALDMIX SILVA**)
Presidente da Câmara Municipal de Unaí-MG
Unaí-MG